



ICEP

*Lendo o Mundo
para Escrever a Vida*

**ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE
EDUCAÇÃO E PESQUISA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Senhores Administradores e Conselheiros do
ICEP – INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA
Salvador - BA**

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do **ICEP – Instituto Chapada de Educação e Pesquisa**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **ICEP – Instituto Chapada de Educação e Pesquisa**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Controles internos

Os sistemas de controles internos e procedimentos contábeis para reconhecimento das receitas, custos e despesas, embora tenham evoluídos, necessitam ainda de revisão e reestruturação, com o objetivo de proporcionar maior segurança, confiabilidade e adequação aos registros das transações. Esses trabalhos de revisão e reestruturação, poderão ensejar ajustes nas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, utilizadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas sobre as quais emitimos parecer datado de 28 de março de 2021, contendo a mesma ressalva mencionada neste parecer e parágrafo de ênfase sobre a transferência, para o resultado, do montante de R\$ 659.239, decorrente de sobras financeiras dos projetos firmados com parceiros privados e sem evidências da anuência e aprovação por parte desses parceiros. Em 2022, além da aprovação do relatório pelo parceiro do projeto, não ocorreu mais esse tipo de transferência para a conta de resultado.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 10 de abril de 2023.

QUADRO I

ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Bancos conta movimento	04	78.852	153.811	Fornecedores	07	40.821	53.215
Aplicações financeiras	05	2.719.265	1.978.548	Obrigações sociais e trabalhistas	08	7.725	7.071
Valores a receber		174.636	1.094	Obrigações tributárias		2.094	2.339
Contas a receber - projetos e parcerias	10	5.435.496	755.928	Provisões trabalhistas	09	30.348	24.269
				Serviços medidos a pagar	11	1.434.530	-
				Projetos e parcerias a executar	10	4.571.250	1.814.455
Total do circulante		8.408.249	2.889.381	Total do circulante		6.086.768	1.901.349
<u>Não circulante</u>				<u>Patrimônio líquido</u>			
Imobilizado	06	56.084	46.019	Fundo social	12	2.377.565	1.034.051
Total do não circulante		56.084	46.019	Total do patrimônio líquido		2.377.565	1.034.051
TOTAL DO ATIVO		8.464.333	2.935.400	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.464.333	2.935.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II**ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, excluídos os centavos)

	Nota	2022	2021
<u>Receitas operacionais</u>			
Receitas de parcerias públicas	13.a	3.692.262	1.242.738
Receitas de parcerias privadas	13.b	2.589.014	2.434.566
Receitas de doações	13.c	616.900	2.000
Outras receitas		70.723	8.995
Receita operacional bruta		6.968.899	3.688.299
Projetos e parcerias			
Custos operacionais			
Com pessoal	14.a	(275.754)	(209.166)
Formação pedagógica	14.b	(2.746.052)	(1.748.516)
Serviços contratados	14.c	(1.116.239)	(591.011)
Transportes	14.d	(367.498)	(43.710)
Alimentação		(271.210)	(2.464)
Hospedagens		(114.000)	(7.235)
Aluguel		(71.957)	(35.541)
Uso e consumo		(6.460)	(6.153)
Materiais impressos	14.e	(549.571)	(7.411)
Gerais	14.f	(101.901)	(114.666)
		(5.620.642)	(2.765.873)
Superávit bruto		1.348.257	922.426
<u>(Despesas) receitas operacionais</u>			
Gerais e administrativas		(12.117)	(10.792)
Pessoal e encargos		(97.043)	(113.034)
Financeiras, líquidas	15	104.417	10.682
		(4.743)	(113.144)
Superávit do exercício		1.343.514	809.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit do exercício	<u>1.343.514</u>	<u>809.282</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	<u><u>1.343.514</u></u>	<u><u>809.282</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV**ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Fundo social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	224.769	-	224.769
Superávit do exercício		809.282	809.282
Transferência do superávit do exercício para o fundo social	809.282	(809.282)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.034.051	-	1.034.051
Superávit do exercício		1.343.514	1.343.514
Transferência do superávit do exercício para o fundo social	1.343.514	(1.343.514)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.377.565	-	2.377.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V**ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Superávit do exercício		1.343.514	809.282
Ajustado por:			
Depreciação	06	11.346	10.791
		1.354.860	820.073
Variações nos ativos - Redução (Aumento)			
Valores a receber		(173.542)	(1.094)
Tributos a recuperar		-	1.488
Adiantamentos		-	4.931
		(173.542)	5.325
Variações nos passivos - Aumento (Redução)			
Fornecedores		(12.394)	10.766
Obrigações sociais e trabalhistas		654	(2.299)
Obrigações tributárias		(245)	2.124
Provisões trabalhistas		6.079	(20.675)
Serviços medidos a pagar		1.434.530	-
		1.428.624	(10.084)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.609.942	815.314
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>			
Aquisição de imobilizado	06	(21.411)	(1.099)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(21.411)	(1.099)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>			
Resultado líquido de convênios e parcerias		(1.922.773)	(1.165.178)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.922.773)	(1.165.178)
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		665.758	(350.963)
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.132.359	2.483.322
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.798.117	2.132.359
		665.758	(350.963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICEP - INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Chapada de Educação e Pesquisa revestido pela forma de pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter educacional, com objetivo de tornar o acesso universal da educação pública de qualidade, regido pelo seu Estatuto Social e pela legislação brasileira.

O ICEP tem por objeto social promover o ensino formal e colaborar para o seu fortalecimento, bem como contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, por meio do apoio, capacitação e formação complementar de educadores, tendo os seus objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 R1 e ITG 2002 R1), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009, e ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, modificado para refletir o valor justo dos instrumentos financeiros.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional do Instituto, e, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto não possui instrumentos financeiros derivativos e classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: empréstimos e recebíveis.

a.1) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos diversos e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Aplicações financeiras**

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

- **Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviço no decurso normal das atividades do Instituto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 06 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado do exercício.

3.3 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

3.4 Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Instituto.

4. BANCOS CONTA MOVIMENTO

	2022	2021
Com restrição – Banco Bradesco S.A.	78.851	153.809
Sem restrição – Banco Bradesco S.A.	1	2
	78.852	153.811

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2022	2021
Com restrição – Banco Bradesco S.A.	1.457.473	2.072.525
Sem restrição – Banco Bradesco S.A.	1.261.792	410.347
	2.719.265	1.978.548

Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. IMOBILIZADO

		2022			2021
	Taxa de depreciação (% a. a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	20.904	(14.976)	5.928	8.019
Máquinas e equipamentos	10	40.517	(22.784)	17.733	21.674
Equipamentos de informática	10	69.001	(36.578)	32.423	16.326
		130.422	(74.338)	56.084	46.019

Movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2022 e 2021:

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Total
Em 31 de dezembro de 2020	10.110	24.516	21.085	55.711
Adição	-	1.099	-	1.099
Depreciação	(2.091)	(3.941)	(4.759)	(10.791)
Em 31 de dezembro de 2021	8.019	21.674	16.326	46.019
Adição	-	-	21.411	21.411
Depreciação	(2.091)	(3.941)	(5.314)	(11.346)
Em 31 de dezembro de 2022	5.928	17.733	32.423	56.084

7. FORNECEDORES

	2022	2021
Qualigraf Serviços Gráficos e Editora Ltda.	11.644	-
Eva Guimarães Barreto	7.101	925
Telma Maria Almeida dos Reis	4.793	1.097
Predial e Administradora Hotéis Plaza S.A.	3.255	-
Kelly Soares Avelar Xavier	3.016	3.016
Instituto Desenvolver Sociedade Simples Ltda.	3.000	-
Alan de Aquino Rocha	-	1.105
Adriana Gonçalves da Silva	800	4.551
FBC Organização e Desenvolvimento Empresarial	-	7.000
Gemini Sistemas Ltda.	-	1.619
Ildene Carmem Paiva Fernandes ME	1.866	6.405
Iraporanga Diamantina Formação Educacional Ltda.	-	4.653
José Anne de Castro Alves	-	3.895
Outros	5.346	18.949
	40.821	53.215

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2022	2021
INSS	6.182	5.696
FGTS	1.543	1.375
	7.725	7.071

9. PROVISÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Férias a pagar	22.348	17.871
INSS sobre férias	5.989	4.789
FGTS sobre férias	1.788	1.430
PIS sobre férias	223	179
	30.348	24.269

10. PROJETOS E PARCERIAS A EXECUTAR

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefeitura de Camaçari	4.769.588	3.020.960	-	-
Prefeitura de São Félix do Coribe	310.097	315.138	46.208	47.896
Prefeitura de Salvador	106.109	257.438	424.435	629.623
Prefeitura de Ibitiara	75.803	78.910	-	12.709
Bracell Bahia Florestal	59.243	-	127.229	237.714
Instituto Formar / Gesto	41.920	41.927	-	-
Prefeitura de Andaraí	18.614	38.904	-	1.134
Prefeitura de Cafarnaum	17.547	20.641	-	26.462
Prefeitura de Gentio do Ouro	16.366	24.407	49.097	80.332
Prefeitura de Wagner	10.643	18.856	-	-
Prefeitura de Marcionílio Souza	8.766	730	26.298	24.255
Itaú Social	-	507.858	-	221.968
Itaú Juazeiro	-	26.843	-	29.077
Prefeitura de Curaçá	-	10.545	61.296	98.143
Prefeitura de Vitória da Conquista	-	17.920	-	17.440
Prefeitura de Xique-Xique	-	21.183	-	20.086
Prefeitura de Canarana	-	16.284	-	15.300
Prefeitura de Boa Vista de Tupim	-	18.822	-	21.589
Prefeitura de Santo Estevão	-	8.909	-	40.147
Prefeitura de Iraquara	-	16.131	20.594	20.287
Prefeitura de O. Brejinhos	-	23.805	-	22.726
Instituto Arapyau	-	-	-	150.176
Outros	800	85.039	771	97.391
	5.435.496	4.571.250	755.928	1.814.455

Parcerias (receitas de contratos e projetos)

São recursos financeiros provenientes de parcerias ou contratos firmados com órgãos governamentais e empresas privadas e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinados. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. As parcerias firmadas estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A contabilização das subvenções recebidas, estão de acordo com a Resolução CFC nº 1.305, que aprovou a NBC TG 07, atualizada pela NBC TG 07 R2 – Subvenções e Assistências Governamentais e a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002, atualizada pela ITG 2002 R1.

Formalização de parcerias públicas

O Instituto, no desenvolvimento, de suas ações formaliza em cada parceria: a) os objetivos; b) o programa de trabalho; c) estipulação de metas e resultados a serem atingidos em cada projeto e os respectivos prazos de execução; d) critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados; e) a previsão de receitas e despesas a serem realizadas em cumprimento da parceria firmada; f) relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, como determina o Capítulo II da Lei nº 9.790/1.999.

11. SERVIÇOS MEDIDOS A PAGAR

Representam os custos relacionados com a estruturação do sistema próprio de ensino municipal e formação de docentes, objeto do contrato nº 0012/2022, celebrado com o Município de Camaçari, em 27 de janeiro de 2022, incorridos no exercício de 2022, a serem pagos no exercício de 2023.

12. FUNDO PATRIMONIAL

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	224.769
Transferência do superávit do exercício de 2021	809.282
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.034.051
Transferência do superávit do exercício de 2022	1.343.514
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.377.565

13. RECEITAS OPERACIONAIS

(a) Receitas com parcerias públicas:

	2022	2021
Prefeitura de Camaçari	2.484.909	-
Prefeitura de Salvador	389.775	46.022
Prefeitura de Ibicoara	238.241	-
Prefeitura de Andaraí	92.912	2.227
Prefeitura de Curaçá	88.229	188.779
Prefeitura de Wagner	84.943	64.847
Prefeitura de São Félix do Coribe	72.765	131.387
Prefeitura de Gentio do Ouro	56.061	91.678
Prefeitura de Ibitiara	38.992	50.144
Prefeitura de Itaetê	37.573	45.817
Prefeitura de Santo Estevão	32.726	153.089
Prefeitura de Marcionílio Souza	23.568	46.944
Prefeitura de Cafarnaum	18.823	84.028
Prefeitura de Vitória da Conquista	1.370	49.226
Prefeitura de Seabra	9.471	67.366
Prefeitura de Xique-Xique	798	34.826
Prefeitura de Souto Soares	7.105	17.026
Prefeitura de Boa Vista do Tupim	4.934	99.828
Prefeitura de Iraquara	4.817	39.601
Outros	4.250	29.903
	3.692.262	1.242.738

Prefeitura de Camaçari

Em 27 de janeiro de 2022, o Instituto firmou contrato, no valor global de R\$ 5.395.492, com o Município de Camaçari, após vencer o processo licitatório (edital de concorrência nº 0003/2021) para a prestação de serviços de estruturação do sistema próprio de ensino municipal e formação de docentes, com vigência iniciada na data de assinatura do contrato e finalizada em 26 de julho de 2023.

No exercício de 2022, foram emitidas notas fiscais no total de R\$ 2.484.909, reconhecidas no resultado do exercício, sendo recebido o montante de R\$ 625.904. Em contrapartida, foram contabilizados custos de R\$ 2.059.981.

(b) Receitas com parcerias privadas:

	2022	2021
Itaú Social	977.181	816.100
Bracell Copener	693.825	334.839
Projeto Arapyau / ADR Sul da Bahia	602.387	539.027
Instituto Gesto / Formar	167.682	-
Jornada Pedagógica	71.939	98.558
TPC Logística	64.480	-
Natura Cosméticos	6.506	17.121
Itaú Juazeiro	5.014	401.049
Receita com provisões	-	184.951
Itaú BBA	-	42.921
	2.589.014	2.434.566

(c) Receitas de doações

	2022	2021
Imaginable Futures	516.900	-
Fundação Itaú para Educação e Cultura	50.000	-
Instituto Natura	50.000	-
Ponte a Ponte Empreendedorismo	-	2.000
	616.900	2.000

14. CUSTO OPERACIONAIS**(a) Pessoal**

	2022	2021
Salários e ordenados	271.094	200.876
Outros	4.660	8.290
	275.754	209.166

(b) Formação pedagógica:

	2022	2021
Prefeitura de Camaçari	832.329	-
Itaú Social	439.873	287.593
Bracell	346.776	232.286
Instituto Arapyau	233.478	282.112
Prefeitura de Salvador	208.530	40.839
Prefeitura de Ibicoara	154.672	-
Provisões (geral)	93.064	115.611
Prefeitura de Curaçá	56.174	106.593
Prefeitura de Andaraí	55.475	1.150
Prefeitura de Wagner	50.972	38.265
Prefeitura de São Félix do Coribe	46.542	96.896
Instituto Formar / Gesto	33.491	-
Prefeitura de Gentio do Ouro	32.534	62.965
Prefeitura de Ibitiara	23.897	31.148
Prefeitura de Santo Estevão	18.694	97.505
Prefeitura de Marcionílio Souza	11.707	31.975
Prefeitura de Cafarnaum	11.301	62.775
Prefeitura de Seabra	4.675	43.324
Prefeitura de Boa Vista do Tupim	2.658	68.622
Outros	89.210	148.857
	2.746.052	1.748.516

(c) Serviços contratados:

	2022	2021
Prefeitura de Camaçari	392.901	-
Itaú Social	203.598	146.812
Provisões (geral)	145.304	35.640
Prefeitura de Salvador	102.665	1.628
Bracell	47.517	53.501
Instituto Arapyau	47.061	50.158
Instituto Formar / Gesto	29.149	-
Prefeitura de Andaraí	16.867	60
Prefeitura de Wagner	15.869	13.187
Prefeitura de Ibicoara	15.201	-
Prefeitura de São Félix do Coribe	12.304	16.772
Prefeitura de Curaçá	11.460	34.796
Prefeitura de Gentio do Ouro	8.061	16.509
Prefeitura de Itaetê	7.775	10.434
Prefeitura de Santo Estevão	6.327	22.497
Prefeitura de Boa Vista do Tupim	333	16.276
Doações	-	88.109
Outros	53.847	84.632
	1.116.239	591.011

(d) Transporte:

	2022	2021
Prefeitura de Camaçari	111.290	-
Itaú Social	106.582	5.855
Provisões (geral)	53.735	1.311
Instituto Arapyau	25.635	3.808
Prefeitura de Ibicoara	12.169	-
Prefeitura de Curaçá	11.446	2.500
Bracell	9.999	4.853
Prefeitura de Salvador	8.241	421
Prefeitura de São Félix do Coribe	7.070	730
Prefeitura de Wagner	4.133	2.199
Prefeitura de Ibitiara	3.276	2.802
Prefeitura de Itaetê	820	2.599
Prefeitura de Seabra	-	5.118
Prefeitura de Souto Soares	-	2.736
Prefeitura de Marcionílio Souza	-	2.281
Outros	13.102	6.497
	367.498	43.710

(e) Materiais impressos:

	2022	2021
Prefeitura de Camaçari	458.193	-
Itaú Social	36.349	367
Prefeitura de Salvador	15.134	1.261
Instituto Arapyau	12.295	5.313
Outros	27.600	470
	549.571	7.411

(f) Gerais:

	2022	2021
Provisões (geral)	17.139	9.826
Itaú Social	10.689	23.382
Prefeitura de Andaraí	9.386	734
Prefeitura de Ibicoara	7.366	-
Bracell	7.204	3.864
Instituto Arapyaú	5.705	18.290
Prefeitura de Camaçari	4.425	-
Prefeitura de Salvador	3.586	-
Jornada Pedagógica	2.829	1.543
Prefeitura de Wagner	2.564	5.509
Prefeitura de Santo Estevão	1.786	3.360
Prefeitura de Curaçá	1.780	5.081
Prefeitura de Boa Vista do Tupim	1.638	2.454
Natura	1.605	2.614
Itaú Juazeiro	1.541	4.818
Prefeitura de Oliveira dos Brejinhos	1.519	-
Prefeitura de Gentio do Ouro	1.514	2.576
Prefeitura de Cafarnaum	1.469	4.756
Prefeitura de Vitória da Conquista	1.370	1.205
Itaú BBA	-	1.157
Prefeitura de Tapiramutá	-	735
Prefeitura de Xique-Xique	-	973
Prefeitura de Itaberaba	-	2.431
Outros	16.786	19.358
	101.901	114.666

15. FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	104.417	10.817
Outras	-	(135)
	104.417	10.682

16. CONTINGÊNCIAS

Os registros contábeis e as operações do Instituto estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes. O Instituto não possui demandas judiciais passivas em andamento.
